

CONVERGÊNCIAS ENTRE A EDUCAÇÃO DA MULHER E A VOCAÇÃO TÊXTIL NO CEARÁ

Emanuelle Kelly R. da Silva (Doutoranda em Educação Brasileira FACED-UFC)
Enéas Arrais Neto (Doutor em Educação Brasileira FACED-UFC)

Resumo

Pautado nos estudos sobre a Educação Brasileira desde a colonização até os dias atuais, este artigo tem como proposta mostrar como o tipo de formação da mão-de-obra feminina no Ceará convergiu com a vocação têxtil do Estado. Busca-se, também, compreender como a economia esteve subjacente ao tipo de formação da mulher pertencente às camadas populares.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Indústria do Vestuário.

Abstract

Based on the studies about the Brazilian education from colonization to the present day, this article has the proposal show as the type of training of the female workforce in Ceará converged with the State textile vocation. It is also seeking to understand how the economy was behind the type of training of women belonging to the popular strata.

Keywords: Education, Labor, Garment Industry.

INTRODUÇÃO

Pautado nos estudos empreendidos acerca da Educação Profissional no Brasil bem como na reflexão sobre a Educação Brasileira desde a colonização até os dias atuais, este artigo tem como proposta mostrar como o tipo de educação e ocupação das terras brasileiras, principalmente no tocante ao Ceará, foram propulsores da vocação têxtil do Estado que hoje é um dos maiores pólos produtores de têxteis e confecções do país.

Busca-se, também, compreender como esses vieses econômicos sempre estiveram subjacentes ao tipo de formação dada mulher pertencente às camadas populares, traçando-se um paralelo com a configuração do sistema capitalista na atualidade. Desta forma, mostra-se pertinente iniciarmos o artigo a partir de um breve apanhado histórico sobre a formação feminina no Ceará

da colonização até chegarmos aos dias de hoje, é o que pretendemos no tópico adiante.

UMA BREVE APRECIÇÃO HISTÓRICA

De acordo com Aragão (2002), quando Cristovão Colombo desembarcou na América foi surpreendido pelo exotismo dos nativos e principalmente por encontrar plantações de algodão e a aplicação deste material na confecção de mantas, redes e outros artigos. No litoral brasileiro, o algodão era destinado em parte à confecção de redes e revestimentos de flechas (pontas de lança). Dentre os relatos de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, havia alguns que diziam o seguinte: "... não fazem o menor caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas (...) todos andam rapados até por cima das orelhas bem como as sobrancelhas e pestanas". Entretanto em momentos ritualísticos ou de guerra os índios usavam tangas, tecidas com fios têxteis como o tucum e o algodão. Já na parte sul da costa, algumas tribos foram identificadas com o costume de cobrirem-se de peles de animais ferozes, sendo que as mulheres produziam panos, uma espécie de manta com forma cilíndrica (saco), aberta nas duas extremidades, tecidas com fio de algodão, para se vestir, denominada de Typpoy.

Embora existisse algodão no continente americano, ao índio não interessava produzir vestes, somente com a chegada dos jesuítas ao Brasil é que o vestuário vai ser imposto aos índios que iam para os aldeamentos. De acordo com Aragão (2002), o padre Anchieta solicitou aos seus superiores em Lisboa o envio de mestres tecelões para produzirem panos na nova terra e repassarem a técnica aos nativos. A autora coloca que Anchieta argumentou o seguinte: " há muito nestas plagas e de sobra para fazer o pano com que vestir os estudantes e ainda conversos religiosos".

De acordo com Porto Alegre (1992 apud Aragão, 2002), quando ocorre efetivamente a colonização o sertão Nordeste, com a formação dos aldeamentos, os jesuítas portugueses verificaram que o algodão era um dos principais produtos de troca no escambo que os franceses já haviam estabelecidos com os indígenas. Segundo Aragão (2002), neste momento, por intermédio dos jesuítas, os portugueses tiveram a informação de que na região

da serra da Ibiapaba havia uma grande plantação de algodão. Os fios de algodão eram arrumados em rolos ou novelos que eram chamados de *nimbos* e serviam como moeda de troca na relação entre os nativos e os estrangeiros.

Segundo Porto Alegre (1992), diante desse contexto, os jesuítas organizaram o trabalho nos aldeamentos do Ceará em torno da fiação e tecelagem de algodão que depois se transformavam em panos e redes de dormir. Além disso, às meninas foram ensinadas a confecção de rendas e bordados trazidos de Portugal que depois se difundiram entre a população pobre feminina, “dando origem a um dos ramos mais conhecidos do artesanato cearense” (Idem p. 16).

Os registros dos livros de história dão conta que nas primeiras vilas cearenses (Arroches, atual Parangaba; Messejana; Soure, atual Caucaia; Monte-Mor-o-Novo, atual Baturité; Vila Viçosa-Real (atual Viçosa), os missionários exerciam atividades educativas, ensinando os grupos nativos a fiar, tecer e coser. Assim, o algodão, segundo Porto Alegre (1992), foi rapidamente incorporado à economia dos colonizadores na confecção de panos para vestuário dos pobres, escravos e índios e, também para o transporte de cereais e outras mercadorias. Em decorrência disso, o algodão passou a ser cultivado em larga escala chegando a ser exportado para a Inglaterra no séc. XVIII.

De acordo com ANDRADE (2011, p. 155) a metodologia aplicada na política que regia o funcionamento dos aldeamentos para a finalidade de “civilização” dos índios na capitania do Siará Grande passava por algumas ações coercitivas. Essas ações, segundo o autor, apoiavam-se em três princípios básicos:

- a) o trabalho agrícola para a produção de alimentos (feijão, milho, mandioca e algodão) para suprir as necessidades dos aldeados, obrigatório para os homens dos 13 aos 60 anos;
- b) casamento católico, inclusive entre brancos e nativos, Omo critério de construção da base familiar cristã;
- c) instrução de ler e escrever para meninos e meninas indígenas. Para as meninas, além da leitura, da escrita e das operações fundamentais com números, do cântico, da doutrina cristã, o currículo sugeria a aprendizagem de

ofícios domésticos, tais como tear, coser e o manuseio de rendas de bilros.

Dessas ações voltadas para o ensino e a “civilização” dos nativos no início da colonização do Ceará, iremos nos deter sobre o item C. indicado por Andrade (2011, p. 155), que consistia na inserção das meninas no então sistema de ensino na capitania que contava com a inserção de saberes voltados para as atividades de tear e manusear rendas. No tópico a seguir veremos que a inclusão da mulher no sistema de ensino ministrado no Ceará neste início de história oficial foi uma iniciativa pioneira, sendo empreendida na capitania mesmo antes de o ser em Portugal.

Andrade (2011) salienta, ainda, que é importante notar que as ações empreendidas pela Companhia de Jesus, correspondiam às exigências do próprio projeto colonial, elas respondiam ao argumento jurídico do rei D. Felipe de Portugal “que se sustentava na necessidade de inserção dos gentios à prática de racionalidade econômica e social, como critério para ingresso no mundo civil” (ANDRADE, 2011, p. 159).

Essa preocupação revela o grau de reserva que os colonos detinham acerca da “ociosidade” presente nas etnias nativas. Os colonos viam nisso uma ameaça ao processo de exploração e acumulação das riquezas na Colônia. Assim, a exploração da terra foi se legitimando pelo uso da força e da violência (ANDRADE, 2011, p. 159).

EDUCAÇÃO FEMININA E A VOCAÇÃO TÊXTIL

Conforme as colocações tanto de Andrade (2011) como de Porto Alegre (1994), o ensino para mulheres ministrado no Ceará neste início de história oficial era pioneiro. Sobre isso, Andrade (2011) comenta que até a segunda metade do século XVIII, a educação feminina não havia sido efetivada em Portugal, pois prevalecia nesta época a idéia de que as mulheres seriam intelectualmente incapazes de adquirir conhecimento escolar. Contudo, a real Mesa Censório decidiu em 1790 expedir um parecer favorável á contratação de mestras de ensino para meninas no reino. Segundo essa legislação, a

educação das meninas devia privilegiar o ensino da Doutrina Cristã, acompanhada do ensino de ler e escrever. Além disso, havia a preocupação de se preparar essas meninas para exercerem os ofícios de mãe e dona de casa, assim, em seus estudos deveriam ser incluídas as disciplinas de artes e ofício para as atividades domésticas de tear, coser, bordar e cortar tecidos (ADÃO, 1997 *apud* ANDRADE, 2011).

Os achados apontados pelos autores supracitados permitem uma interpretação sobre o modelo de educação voltado para as meninas na Capitania do Siará Grande e como esta educação também estava voltada para sua inserção no mundo do trabalho mesmo doméstico, que mais tarde se tornaria um dos maiores motores da economia do Estado: a indústria têxtil.

Esse processo de capacitação das meninas para os ofícios têxteis conforme colocado pelo decreto de 1790 apontado acima por Andrade coincidiu com um momento favorável da produção do algodão no ceará como colocou Porto Alegre (1992). De acordo com esta autora, entre 1780 e 1820, o algodão foi rapidamente incorporado á economia dos colonizadores tendo seu cultivo em larga escala impulsionado com o fornecimento para a Inglaterra (Stein *apud* Porto Alegre 1992). Logo, o decreto que visava a educação e “profissionalização” das meninas não se deu ao acaso, mas em meio à conjuntura de expansão da economia algodoeira na Capitania.

A idéia do empreendimento têxtil no Brasil inicia exatamente neste momento do final do século XVIII, sendo incrementada por algumas medidas da Coroa que motivaram o estabelecimento de várias oficinas de fiar e tecer no interior do país. Conforme Pereira (1979), com a expansão dos núcleos populacionais, essas atividades manufatureiras e artesanais foram, aos poucos, se desenvolvendo e se diversificando. A produção artesanal passou a ser destinada ao suprimento das necessidades locais de aldeias, vilarejos e fazendas. Posteriormente, diz o autor, com o advento da urbanização, o artesanato passa a encontrar mais condições de atuação e aprimoramento. Nesse processo, o fazer artesanal teve grandes contribuições no tocante às suas características estéticas e de produção devido à chegada de mestres vindos de Portugal.

O ensino das atividades de tecer, fiar, bordar e confeccionar rendas iniciado com a colonização tornou-se tradição e fez do Ceará um dos maiores

pólos produtores de bordados do Nordeste. O Ceará se destaca no Nordeste pela produção de Rendas, bordados, cestaria e cerâmica, como mostra a pesquisa do Banco do Nordeste feita entre os anos de 2000 e 2001.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo SEBRAE em 2009, o artesanato nordestino existe em mais de 600 municípios, contempla produtos como imagens sacras, jarros, mobiliário, tapetes, acessórios para vestuário, calçados, brinquedos, instrumentos musicais, utensílios para o lar, trajes, típicos, redes, mantas, artigos para cama, mesa e banho, miniaturas, doces e bebidas de frutas regionais e típicas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, o artesanato gera ocupação e renda para mais de 8,5 milhões de pessoas (SEBRAE, 2009). De acordo com o estudo elaborado pelo Banco do Nordeste só no Nordeste existem 3,3 milhões de pessoas inseridas na atividade. Mas a maioria deste contingente de trabalhadores atua no mercado informal.

Podemos considerar esses percentuais como herança das iniciativas educacionais adotadas durante a colonização? Há de fato uma forte indicação de que aquelas iniciativas do início da colonização do Ceará voltadas para a confecção de peças artesanais, cuja matéria prima era o material têxtil, repercutiram não só no potencial artesanal do estado, mas também no avanço do setor têxtil, envolvendo a indústria de fiação e confecção¹.

Ao longo do século XX a partir dos incentivos financeiros da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) as confecções foram surgindo principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana, aproveitando a habilidade e criatividade da mão-de-obra feminina que fez o Ceará chegar a ser o segundo pólo de confecções do Brasil no final dos anos 1990. Para suprir as confecções, o Governo do Ceará incentivou a vinda de fiações de algodão e tecelagens para o estado.

Atualmente, o Ceará está colocado entre os cinco maiores pólos de confecção do país, destacando-se nos setores de moda-praia e lingerie. Desde o início dos anos 2000, vem se verificando um fenômeno interessante de terceirização da produção nas próprias confecções, ou seja, estas subcontratam o serviço de corte e costura de micro-empresas chamadas de *facções*. A *facção* consiste num tipo de produção eminentemente doméstico, em que uma costureira possui duas ou três máquinas de costura e recebe encomendas de indústrias de confecção para produzirem um volume de peças

que as mesmas não comportam, assim, a facção funciona como uma extensão da confecção. Geralmente a facção funciona na casa da costureira, dona da facção e esta conta com o apoio de filhas ou parentes e amigas para dar conta das encomendas, caracterizando-se, assim, como um modo de produção essencialmente doméstico, familiar e com mão-de-obra eminentemente feminina.

Neste tipo de atividade, o trabalho não se dissocia da vida doméstica e a costureira subdivide-se entre os afazeres de casa e a produção das encomendas que recebe. Outro dado importante é que o aprendizado do ofício de costureira inicia-se, geralmente, na família, onde a mulher é iniciada neste afazer “doméstico” ainda jovem cooperando com suas avós, mães ou tias e acabam ingressando na indústria a partir desta habilidade desenvolvida em casa.

Verifica-se com a observação desse contexto que a atividade de costurar no Ceará, mais especificamente em Fortaleza, funciona, ainda hoje, como um dos componentes da formação da mulher ao lado da educação formal/escolar e das outras atividades domésticas e que a faz ingressar no mundo econômico, ou seja na indústria, assim como ocorreu no âmbito dos aldeamentos indígenas no início da colonização como vimos no tópico anterior. Naquele contexto, a formação das pequenas nativas coincidiu com o cenário econômico da época com a expansão da produção do algodão e sua exportação para o exterior. No momento atual, não é muito diferente, aqui no Ceará é comum ouvirmos mães dizerem: “minha filha vai aprender a costurar porque pra costureira não falta emprego”. E muitas jovens chegam à indústria de confecções encaminhadas pelas próprias mães e lá se “aperfeiçoam” no ofício.

O surto de pequenas facções em Fortaleza, decorre, muitas vezes, da vontade dessas costureiras em montar seu próprio negócio a partir da observação da demanda da indústria, uma vez que é comum as indústrias recorrerem às facções e até mesmo substituírem seu parque industrial pela subcontratação das facções, este recente fenômeno recebe o nome de *Private Label*².

Em face do contexto econômico exposto até aqui, levando-se em conta a indústria de confecção e as facções em fortaleza, podemos observar

que, atualmente, no caso específico da formação da costureira e sua inserção no mercado, há a configuração de um ciclo que inicia na vida familiar (quando esta aprende a lidar com a máquina de costura em casa), a faz ingressar na indústria de confecção e que depois a faz retornar para o trabalho em casa, só que de outra forma, a costureira retorna à produção doméstica incorporando parentes e amigas, montando sua própria facção. Para além da formação da mulher e da analogia que fizemos com o processo de ensino na época da colonização. Este movimento corresponde ao novo tipo de configuração do sistema capitalista de produção que está cada vez mais flexível.

Sennet (2006), dissertando sobre o estudo de Adam Smith sobre a fábrica de alfinetes, que retrata a realidade vivenciada pelos trabalhadores no auge da divisão social do trabalho, com o Fordismo e Taylorismo, retoma uma de suas principais citações para exemplificar o modo e a concepção de trabalho deste período: “a separação de casa e trabalho é a mais importante de todas as modernas divisões de trabalho”. Entretanto, no decorrer do seu texto, Sennet (2006, p. 66-68) coloca que esta realidade vem sendo cada vez mais substituída por outra que, segundo o mesmo, é uma das características da sociedade atual, marcada pelo regime da acumulação flexível: “o trabalho em casa”³.

A transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível causou sensíveis transformações no mercado de trabalho como a subcontratação organizada e o surgimento de pequenos negócios. Conseqüentemente, isto implicou na volta de antigos sistemas de trabalho artesanal, doméstico e familiar que, embora reconfigurados, passam a atuar como partes importantes do sistema produtivo, fazendo com que o trabalho em casa seja o “mais flexível dos flexitempos” (SENNET, 2006, p. 68). O autor afirma, ainda, que a sensação de liberdade com esta nova tendência de trabalho em casa é enganosa, pois enquanto o trabalho é fisicamente mais descentralizado, o controle sobre o trabalhador se torna mais direto.

Observando que o cotidiano das costureiras, de um modo geral é constituído por um trabalho realizado em casa, tem-se que tal fato torna mais difícil a demarcação de fronteiras entre o tempo livre e o tempo de trabalho. Diante disto, a situação das costureiras se torna bastante complexa. De acordo com Cardozo (in SOUSA *et all.* 2008) a terceirização do trabalho é uma das

principais características do modelo de acumulação flexível e isso deve ser analisado com cautela, pois há a transferência para o trabalhador dos custos de energia, equipamento e espaço, além da isenção do ônus com encargos sociais e benefícios legais ao trabalhador. Ao mesmo tempo, efetiva-se um discurso voltado para a legitimação do sistema do capital que submete o trabalhador às suas leis de empregabilidade, como a difusão das idéias de empreendedorismo, competência e qualificação, que responsabilizam o trabalhador por sua inserção ou não no mercado, submetendo-o às “leis de empregabilidade” do capital.

Assim, essas costureiras, persuadidas pela impressão de que são empreendedoras, micro-empresárias, donas de seu próprio negócio, vêm-se numa situação em não conseguem discernir os limites entre trabalho, família e lazer. Pensam que ganharam autonomia, mas, ao contrário, acabam sendo ainda mais absorvidas pelo capital, tornando-se força de trabalho ainda mais supérfluas e mais precarizadas do que se estivessem trabalhando na indústria, pelo menos lá, a empresa é obrigada a garantir seus direitos como trabalhadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho centrou-se em demonstrar como a lógica da educação não é isolada das necessidades e da realidade do contexto social. O simples fato de, justamente nos aldeamentos do Ceará haver um tipo de formação pioneira voltada para a mulher de forma que esta não ficasse alheia ao processo de ensino desenvolvido pelos jesuítas, mas o conciliasse com suas aptidões “inatas” de mulher e índia, demonstra como o tipo de formação empreendida num dado momento histórico converge com as necessidades reais do entorno.

Logo, pretendeu-se demonstrar a partir das hipóteses levantadas ao longo do texto que o pioneirismo da inserção da mulher no sistema de ensino não foi algo que se deu ao acaso, mas, ao contrário, respondeu a uma demanda do momento, a produção de fios e tecidos para suprimento da própria capitania e para exportação de novelos para a Inglaterra. A partir da análise dessas condições históricas, vimos como essa iniciativa contribuiu para o

desenvolvimento de uma vocação artesanal que coloca o Ceará na liderança em relação a outros estados no que se refere á produção de rendas e bordados. E, como conseqüência, o desenvolvimento das habilidades artesanais as técnicas da costura que hoje faz do Ceará o 5º maior pólo confeccionista do Brasil.

Entretanto, isto não é uma simples conseqüência direta do tipo de formação dada à mulher no período colonial, mas assim como naquele momento, a configuração atual da profissão de costureira no estado, principalmente em Fortaleza faz parte de um conjunto de fatores que não podem ser desconsiderados e que correspondem ao modelo econômico atual, como observou-se no final do tópico anterior.

Ao pensar nesta temática e desenvolver este texto, parti da perspectiva dialética, entendendo, como ressalta Saviani (2000), que para pensar a educação deve-se, antes de tudo, tomá-la como fenômeno concreto, como um conjunto de múltiplas determinações, que não dispensa discussões e reflexões no âmbito teórico e prático. Sendo fenômeno concreto, a educação deve ser apreendida no âmago do movimento histórico, onde ela aparece como síntese das relações sociais características de uma sociedade determinada.

¹ A confecção é uma indústria de trabalho intensivo que envolve atividades com tecnologias relativamente simples e de baixo custo inicial e que tem o indivíduo (geralmente mulher) trabalhando na máquina de costura como unidade básica de produção (MOREIRA, 1997, p.115).

² Quando a empresa se constitui apenas da *Marca* e não possui parque industrial; ela mantém apenas um escritório de onde se gerencia a produção que é distribuída pelas facções ou pequenas confecções, nesse processo de *Private Label*, tudo é terceirizado.

³ De acordo com Harvey (1994, p. 131), o modelo fordista apoiava-se nas formas de intervencionismo estatal e na configuração do poder político que davam coerência ao sistema ao manter as noções de uma democracia econômica de massa que era sustentada por um equilíbrio de forças de interesse entre os Estados. A partir de 1960 este modelo começa a entrar em crise, podemos citar entre as causas desta crise, a “elevação do nível da instrução geral e da consciência de si e do coletivo dos trabalhadores, a aspiração universal à realização pessoal e à dignidade no trabalho” (LIPETZ, 1991, p. 42). Nesse período dá-se início ao que Mattoso (1996) chamou de uma nova revolução industrial, as empresas começam a buscar novos modelos de organização e esse processo de reestruturação da produção principiou um novo formato de acumulação chamado de flexível.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Ádria. Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794). Lisboa: Fund. Calouste Gubenkian, 1997.

ANDRADE, Francisco Ari. Instrução moral e ofício doméstico para meninas nas vilas de índio. *CADERNOS DE PESQUISA RM EDUCAÇÃO-PPGE-UFES*. V.17, n. 33 (janeiro/junho), 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. O fiar e o tecer: 120 anos de indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: SINDITEXTIL/FIEC, 2002.

CARDOZO *in* SOUSA *et all.* (Orgs.). Trabalho, Capital Mundial e formação dos trabalhadores. Fortaleza: SENAC/UFC, 2008.

HARVEY. David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

LIPETZ, Alain. Audácia: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

MATTOSO, Jorge (Org.). A desordem do trabalho. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. A inserção da mão-de-obra feminina na indústria de confecção no Ceará: o caso das cooperativas de confecções no Maciço de Baturité. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, nº1/2, p. 115-126, vol.28, 1997.

PORTO ALEGRE, Sylvia. Fontes inéditas para a história indígena no Ceará. Fortaleza: EdUFC/NEPS, 1992.

SAVIANI, Dermeval. Do senso comum a consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2000.

SEBRAE. Estudo Setorial: artesanato. Fortaleza. SEBRAE-CE, 2009.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2006.